

A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM ALUNOS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elielba Mendonça Santos dos Reis¹ -(UNINTER)
elielbareis@hotmail.com

Elisabete Mendonça Bispo Santos²- (UNINTER)
bete.pesquisadora@gmail.com

RESUMO

Um dos papéis da psicopedagogia é procurar entender como a pessoa aprende. Este trabalho tem como objetivo geral discorrer sobre a psicopedagogia como ferramenta para otimização da aprendizagem diante das necessidades de inclusão na escola. Como objetivos específicos se têm: apresentar a psicopedagogia como instrumento de focalização sobre a aprendizagem; mostrar a psicopedagogia diante dos segmentos de aquisição e práticas pedagógicas; apresentar a psicopedagogia no contexto da inclusão social instituída na escola. Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa. O levantamento de dados foi realizado mediante a leitura de livros como também artigos publicados em plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico e anais de revistas eletrônicas. A busca nas fontes eletrônicas foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2021. Conclui-se que é possível compreender a psicopedagogia como instrumento de inclusão ao passo que atua com a finalidade de vencer nos educandos os problemas que impedem a aprendizagem, reconhecendo-os e intervindo sobre estes.

Palavras-chave: psicopedagogo; educação infantil; alunos especiais.

¹Pós-graduanda em Educação Inclusiva/Libras pela Faculdade Amadeus (FAMA), pós-graduanda em Lato Sensu: Tradução, Interpretação e Ensino-Libras- pela Faculdade FANESE; Licenciada em Pedagogia. Habilitação em Administração Escolar pela Faculdade Pio Décimo; Professora da Educação Infantil do Colégio Prof. José Olinó, desde 2002; Cuidadora Escolar efetiva da Barra dos Coqueiros, concurso de 2020; Graduada em: Psicopedagogia pela Universidade (UNINTER), e-mail: elielbareis@hotmail.com.

² Pós-graduada em Docência do Ensino Superior/pela Faculdade Jardim, Licenciada em Plena em História.; Professora efetiva da rede municipal de ensino (AEE); Graduada em: Pedagogia pela Universidade (UNINTER), email: bete.pesquisadora@gmail.com.

ABSTRACT

One of the roles of psychopedagogy is to try to understand how people learn. The general objective of this work is to discuss psychopedagogy as a tool for optimizing learning in view of the needs of inclusion in school. The specific objectives are to present psychopedagogy as an instrument for focusing on learning; show the psychopedagogy before the segments of acquisition and pedagogical practices; present psychopedagogy in the context of social inclusion instituted at school. This is a descriptive study of a qualitative nature. Data collection was carried out by reading books as well as articles published on digital platforms. Scielo and Google Scholar and annals of electronic journals. The search in electronic sources was carried out in August and September 2021. It is concluded that it is possible to understand psychopedagogy as an instrument of inclusion while it acts with the purpose of overcoming the problems that impede learning in students, recognizing them and intervening on these.

Keywords: educational psychologist; child education; special students.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o psicopedagogo tem um importante papel na prevenção das dificuldades de aprendizagem na educação, sobretudo com crianças especiais, uma vez que a atividade psicopedagógica tem a finalidade de promover a aprendizagem de forma a colaborar com a inclusão social e escolar, oferecendo novas ações diante dos problemas de aprendizagem e mediar embates com relação ao processo de ensino-aprendizagem (NAPOMOCENO, 2020).

A educação especial conta com a perspectiva de um psicopedagogo mais atento e cuidadoso às necessidades de cada aluno. Sua sensibilidade às particularidades proporcionará uma visão mais ampla para auxiliar os professores na formação de procedimentos metodológicos adequados, planejamento pedagógico eficaz e influenciará na elaboração de projetos pedagógicos personalizados para a escola (MOURA *et al.*, 2020).

A vista disso, considerando que as escolas brasileiras enfrentam desafios que estão muito ligados a proposta inclusiva e de intervenção nos problemas e dificuldades de aprendizagem, sendo uma delas a exclusão de alunos especiais na educação infantil, a busca pelo fortalecimento da política de inclusão e de atendimento direcionado às crianças sem

acesso à educação de qualidade torna-se um dos problemas mais desafiadores no processo de ensino aprendizagem à luz da proposta da psicopedagogia.

Sendo assim, esta proposta de trabalho surge do intuito de lançar luz sobre o papel dos psicopedagogos no ciclo de atendimento educacional especializado para alunos especiais na educação infantil, e se justifica pela importância que demonstra ao abordar a inclusão e intervenção pedagógica em meio a uma realidade de ensino que tende a fomentar a prática de ensino e de aprendizagem interventora. Por isso, seu embasamento não é gerar juízo de valor a escola ou sobre o profissional psicopedagogo, mas discorrer sobre como estes atuam no atendimento aos educandos com necessidades pedagógicas especiais.

Contudo, este estudo tem como objetivo geral discorrer sobre a psicopedagogia como ferramenta para otimização da aprendizagem diante das necessidades de inclusão na escola pública e como objetivos específicos: apresentar a psicopedagogia como instrumento de focalização sobre a aprendizagem, mostrar a psicopedagogia diante dos segmentos de aquisição e práticas pedagógicas inclusivas e apresentar a psicopedagogia no contexto da inclusão social instituída na escola.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir de 1988, sob intensa pressão de movimentos feministas e sociais, a Constituição Federal reconheceu a educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado, onde dispõe no art. 205:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 15).

Neste contexto, a proteção integral dos menores deve ser garantida pela família pela sociedade e pelas autoridades com total prioridade.

A Carta Magna afirma o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função do cuidar. Essa inclusão constitui um ganho, sem precedentes, na história da educação infantil no Brasil (MATHIAS, 2009, p.17).

Nos anos 90 deu início “sob a égide do dever do Estado perante o direito da criança à educação, especificando as conquistas da Constituição de 1988” com o Estatuto da Criança e do Adolescente foram ratificados esses direitos, no mesmo momento em que foram instituídos mecanismos de participação e controle social na formulação e na efetivação de políticas para a infância (BRASIL, 2006, p. 16).

Desta forma, a educação infantil vem conquistando seu lugar ao advir dos anos, agregando seu ensino básico desde a Constituição Federal de 1988, a obter ênfase através da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação – LDB e define a educação infantil “a primeira etapa da educação básica, no que diz respeito ao desenvolvimento integral da criança pequena, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996, p. 45).

A referida lei não coloca a criança como ocorria nas leis anteriores, como objeto de tutela, mas sim como sujeito de direitos. Garante o acesso à escola a toda criança de 0 a 5 anos e 11 meses anos de idade. ‘Na educação infantil, etapa inicial da educação básica, que o aluno desenvolve a formação moral, o sentido da responsabilidade, fomentação a interação em grupos sociais variados, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade (NASCIMENTO *et al.*, 2019).

Além da LDB, o outro documento que rege a educação no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, cuja primeira versão foi disponibilizada em 2015 e aprovada no final de 2017 para os níveis de educação infantil e fundamental. No caso da educação infantil, este documento define as experiências básicas que as crianças devem ter, tendo em conta os seis direitos de aprendizagem. É viver junto, brincar, se envolver, explorar, se expressar e se autodescobrir. De fato, a educação infantil é tão importante para o desenvolvimento da criança que a BNCC enfatiza a coesão familiar e escolar como essencial, uma vez que deve dar atenção especial à socialização, autonomia e comunicação das crianças. Este documento parte do princípio de que, neste contexto, é necessário respeitar a diversidade cultural das escolas, uma vez que é necessário avaliar os conhecimentos prévios dos alunos (BRASIL, 2017).

2.1 A Educação Inclusiva na Educação Infantil

As conquistas para as pessoas com necessidades especiais começam a se consolidar com a Constituição de 1988, a LDB, a Política Nacional de Educação Inclusiva em 2008 e a Resolução nº 4 (2009), em meio a diferentes documentos nacionais e internacionais que passam a fazer parte no panorama educacional no Brasil (CARVALHO *et al.*, 2020).

A apreciação dessas leis, decretos e documentos deixa claro que o tema inclusão passou a existir há poucos anos, a partir de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para todos e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1990), que tinha como objetivo abolir com a discriminação ainda existente nas escolas. Diante disso, uma nova mentalidade surgiu e o processo de inclusão começou. A atividade educativa garante a consideração individual de todos, reconhece as dificuldades sociais e atende às capacidades e necessidades de aprendizagem dos alunos sem privá-los de seu direito fundamental de frequentar a escola. Isso significa que as escolas devem encontrar recursos e métodos que apoiem o aprendizado de alunos com dificuldades e ofereçam oportunidades para todos os alunos (SOARES *et al.*, 2020).

A LBD garante o direito das crianças com necessidades especiais a frequentar educação infantil com o objetivo de integrar outras crianças e eliminar qualquer discriminação na sociedade, sendo importante que as famílias conheçam os direitos dos seus filhos e utilizem os meios legais para os assegurar. Quando as famílias de crianças com deficiência negam a elas a oportunidade de participar ativamente das atividades escolares e não as inscrevem na rede educacional principal, talvez por desconhecimento da lei, por acreditarem que seus filhos não são capazes de aprender, ou se a escola não está pronta para aceitá-los, agindo desta forma eles efetivamente os impedem de participar da sociedade e se desenvolver como indivíduos integrados (MATHIAS *et al.*, 2009).

Já o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA reforça os dispositivos legais ao determinar que: “os pais ou responsáveis tem a obrigatoriedade de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990, s.p.).

A inclusão escolar é um direito previsto no Decreto nº 7.611/2011, que garante um sistema de educação inclusivo e sem discriminação em todos os níveis escolares, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Além de proporcionar adaptações razoáveis com base nas necessidades individuais, independentemente da estrutura educacional ou física, melhorando a adaptação escolar regular dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2011).

A educação inclusiva começa na educação infantil, em que tem como objetivo o desenvolvimento da criança para as interações com os demais sujeitos, gerando experiências com os mundos físicos, sociais e emocionais que são produzidos em diferentes realidades socioeducativas, primeiro na convivência familiar, depois na escola e com a sociedade (SOARES *et al.*, 2020).

Para Nascimento (2019), a presença de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses na educação infantil é fundamental, uma vez que é nessa idade que a criança inicia seus primeiros passos na vida escolar, sendo crucial para o desenvolvimento de muitas habilidades, entre elas a tolerância, o respeito ao outro e a aceitação sem preconceitos, tornando este ambiente o espaço adequado para a interação entre as crianças com necessidades especiais e as crianças ditas “normais”.

A educação inclusiva na educação infantil deve acompanhar o ritmo da criança, ter em conta os conhecimentos e estimular adequadamente o desenvolvimento de competências. Ser professor é uma existência importante relacionada ao planejamento e atuação efetiva em sala de aula (KOSCHECH, 2019).

A educação infantil é fundamental para o desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais, Crociari (2017, p. 01) salienta que: “[...]o cérebro se encontra em fase de maturação, sendo moldado pelas experiências e estímulos recebidos e isto contribuirá para o desenvolvimento de potencialidades”.

A inclusão é um processo dinâmico que inclui as várias etapas necessárias para fazer a educação inclusiva acontecer, não apenas no papel, segundo Sanchez, 2005, p. 17): “[...]cooperação/solidariedade, respeito às diferenças comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva”, desta forma observa-se que a educação inclusiva se dá por meio da socialização e aprendizado, trabalho em equipe e conhecimento.

Para Koschech (2019) A educação inclusiva é uma construção permanente e um desafio inevitável ao direito à educação e à igualdade para todos. As limitações de uma criança com necessidades educativas especiais podem ser superadas apesar das dificuldades, pequenos gestos de amor, confiança e gratidão como sujeitos de qualidade que precisam ser preparados, preparados e posicionados de forma positiva para todos os seres. Existe uma necessidade, um valor em reconhecer e compartilhar seu conhecimento e aprender com suas dificuldades

Segundo a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas - UNESCO explicou em 1960 em sua conferência geral que o processo discriminatório dentro do sistema educacional é uma completa violação de direitos. Entende-se que a UNESCO, nas formas de suas instituições, se esforça para criar métodos de cooperação internacional, de modo que a cada indivíduo, independentemente de suas diferenças ou limitações, seja garantido o respeito geral aos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para a educação (SOARES *et al.*, 2020).

No entanto, o espaço escolar para atender alunos com necessidades educacionais especiais precisa estar apto para receber os mesmos. Ter um ambiente acolhedor é de suma importância para que realmente aconteça a educação inclusiva, e na educação infantil necessita de mais atenção, são pequenos detalhes que fazem a diferença. O ambiente precisa oferecer segurança, tranquilidade e harmonia (LUSTOSA *et al.*, 2020)

Nessa concepção, a LDB assegura no art. 59 que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades”. (BRASIL, 1996, p. 18).

Nas circunstâncias dadas, as adaptações curriculares são medidas ou conjuntos de medidas destinadas a tornar o currículo geral mais flexível e adequado para atender às características dos alunos com necessidades especiais. Trata-se de intervenções educativas necessárias que permitam ao aluno melhorar a sua situação e as suas relações na escola, para que tenha sucesso na aprendizagem (KOSCHECK, 2019)

Koscheck (2019) ainda salienta que a rede educacional principal deve, portanto, ter serviços de apoio para crianças especiais porque elas precisam de orientação, ferramentas, técnicas e equipamentos especiais. Também deve haver profissionais qualificados para fornecer assistência e recursos para atender às suas necessidades. Todo esse apoio a alunos e professores deve estar integrado e vinculado à reestruturação das escolas e salas de aula. O objetivo é ampliar a participação para mais escolas e comunidades.

A educação especial é uma modalidade de ensino, voltada para a perspectiva inclusiva perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação básica e superior. Portanto, é relevante que haja o interesse de todos os envolvidos, para que de fato a inclusão possa existir (MOURA, *et al.*, 2020).

3 A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM ALUNOS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Compreende-se que a psicopedagogia se relaciona à aprendizagem humana e se preocupa com os problemas de aprendizagem, por esse motivo, deve ocupar-se primeiramente com processo de aprendizagem, suas particularidades, como esse processo modifica evolutivamente e se condiciona por diversos fatores. Dentro desse universo psicopedagógico, existe duas grandes tendências de ação: a psicopedagogia clínica e a psicopedagogia institucional (BOSSA, 2011).

Bossa (2011) salienta que na concepção clínica, o atendimento é voltado à terapia e objetiva a recuperação; nesse caso, o atendimento é feito em consultórios, enquanto no campo institucional, ela tem enfoque preventivo e seu objetivo consiste em facilitar a construção do conhecimento.

De maneira intrínseca, na psicopedagogia clínica, o trabalho está voltado para o sujeito, o processo de aprendizagem e sua história pessoal, isto é:

A psicopedagogia clínica procura compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos e pedagógicos que interferem na aprendizagem, com a finalidade de possibilitar situações que resgatem o prazer de aprender em sua totalidade, incluindo a promoção da integração entre país, professores, orientadores educacionais e demais especialistas que transitem o universo educacional do aluno (BOSSA, 2011, p. 67).

Observa-se que o foco da psicopedagogia está sempre voltado para a aprendizagem. No caso da clínica, ela dá enfoque para o diagnóstico dos problemas relacionados com o processo de aprendizagem (BOSSA, 2011). Já na perspectiva da psicopedagogia institucional, sobretudo no ambiente escolar, ela pretende “auxiliar professores, coordenadores pedagógicos e gestores a refletir sobre o papel da educação diante das dificuldades de aprendizagem” (CLARO, 2018, p. 88).

À vista disso, a psicopedagogia institucional refere-se a:

Um conjunto de ações no sentido de adequar as condições de aprendizagem de forma a evitar comprometimento nesse processo, a partir de ações cuidadosas dos fatores que podem promover como dos que podem comprometer o processo de aprendizagem (WINNICOTT, 1981, s.p. *apud* RAMIRO, 2016, p. 21).

Desta forma, para essa orientação psicopedagógica, essas ações estão intensamente relacionadas aos itens político-pedagógicos, aos itens pedagógico-metodológicos e às dinâmicas institucionais, todos considerados e refletidos nas atribuições pedagógicas, uma vez que se relacionam com as dinâmicas que irão desenvolver o processo de aprendizagem de atividades diretamente funcionais e assuntos escolares relacionados (RAMIRO, 2016).

Para Martins *et al.* (2020) a prática psicopedagógica em instituições escolares aponta para um papel muito importante do psicopedagogo, capaz de pensar as importantes funções sociais a partir das quais a instituição, nomeadamente a possível socialização do conhecimento, promove o desenvolvimento cognitivo das crianças, trabalhando sempre no

sentido de una aprendizagem satisfatória, propondo possíveis soluções para algumas das dificuldades que surgem, inserindo temas de forma mais organizada no mundo cultural e simbólico que engloba sociedade, escola e conhecimento.

A Psicopedagogia como terapia da aprendizagem humana, pode contribuir significativamente com a educação infantil, tanto no aspecto de prevenção, quanto na intervenção de dificuldades atribuídas ao processo de ensino/aprendizagem (LEITE *et al.*, 2018).

Para Bossa (2011, p. 25),

No primeiro nível o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem, seu trabalho incide nas questões didático-metodológicas, bem como na formação e orientação de professores, além de fazer aconselhamento aos pais. No segundo nível o objetivo é diminuir e tratar dos problemas de aprendizagens já instaladas. Para tanto cria-se plano diagnóstico da realidade institucional, e elaboram-se planos de intervenção baseados nesses diagnósticos a partir do qual se procura avaliar os currículos com os professores, para que não se repitam tais transtornos já instalados em um procedimento clínico com todas as suas implicações. O caráter preventivo permanece aí, uma vez que ao eliminar um transtorno, estar prevenindo o aparecimento de outros (BOSSA. 2011, p. 25)

Desta forma, como psicopedagogo preventivo, realiza práticas pedagógicas voltadas para a formação de profissionais da educação e como atuar dentro das escolas. Assim, na sua função preventiva, o psicopedagogo irá detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem das crianças de forma a poder interagir na relação dinâmica da comunidade educativa para o processo de educação, orientação vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quando em grupo (MARTINS *et al.*, 2020).

O psicopedagogo torna-se um “divisor de águas” na facilitação do processo inclusivo, caso em que atua como facilitador em estabelecimentos escolares que trabalham com ensino para integrar alunos com necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem na escola (PORTO, 2011).

Nesse seguimento, Porto (2011, p. 22) afirma que:

[...] o psicopedagogo sendo um profissional multiespecialista em aprendizagem humana que congrega conhecimento de diversas áreas a fim de intervir nesse processo, com sua intervenção psicopedagógica pode assumir uma feição preventiva ou terapêutica, relacionando-se

com equipes ligadas ao campo da saúde e educação, terapêutica e institucional, respectivamente (PORTO, 2011, p. 22).

Para promover a inclusão nas escolas, os psicopedagogos podem trabalhar com equipes multidisciplinares (psicólogos, psicopedagogos clínicos, assistentes sociais, fonoaudiólogos etc.) cujo papel é identificar as dificuldades de aprendizagem e ouvir os professores e familiares dos alunos nas dificuldades no processo.

Sobre esse aspecto Bossa (2011, p. 11), ressalta que:

Compete ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração [inclusão], promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação (BOSSA, 2011, p. 11).

Partindo desse ponto de vista, é relevante observar que o psicopedagogo na escola tem o papel de avaliar os alunos com dificuldades de aprendizagem, não no sentido de rotular, mas, de encontrar o que está dificultando o processo que é aprender (MOURA *et al.*, 2020).

Para Nascimento (2019) o trabalho do psicopedagogo é fundamental para o ambiente escolar porque garante que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender, independentemente de suas limitações. Cada criança tem um processo de desenvolvimento diferente, algumas aprendem com mais facilidade e outras mais devagar. É justamente nesse ponto que é importante que o professor, integrado ao psicopedagogo, analise cada criança individualmente, para que ele adapte o conteúdo a cada necessidade.

No entanto, as modificações de estratégias de ensino podem colaborar para que todos estudem. Em alguns casos, as táticas de ensino não estão conforme a realidade do aluno fazendo com que o processo de inclusão seja negativo, uma vez que não atende à necessidade na totalidade do sujeito envolvido (NASCIMENTO, 2019).

O processo de resignificação da prática pedagógica se constrói através de um processo que se afetiva pela reflexão crítico-reflexiva do professor sobre seu próprio trabalho, isto é, a partir da base do contexto educativo real, nas necessidades reais dos sujeitos, nos problemas e dilemas relativos ao ensino e à aprendizagem (NASCIMENTO, 2013, s.p.)

Nascimento (2013) ainda ressalta que o professor não apenas transmite conhecimento ou faz perguntas, mas também ouve a opinião do aluno e deve estar atento e cuidar dele para

que aprenda a se expressar e expor sua opinião, já que existe grande número de alunos que possuem características que requerem atenção educacional diferenciada. Nesta perspectiva, um trabalho psicopedagógico pode colaborar muito, amparando educadores a aprofundarem seus conhecimentos sobre as teorias do ensino e aprendizagem e as recentes colaborações de várias áreas do conhecimento, redefinindo-se e sintetizando-as numa ação educativa.

Assim, o processo de desenvolvimento torna-se mais efetivo quando o psicopedagogo atua e colabora com o educador, e ambos os objetivos focam a causa primeira, o tema abordado na importante ação educativa (NASCIMENTO, 2013).

No que se refere a educação infantil Morin (2000) ressalta que para compreender os processos de desenvolvimento da aprendizagem nas séries iniciais da educação infantil o psicopedagogo pode atuar em várias áreas no espaço escolar, de forma preventiva, no entanto, é preciso recorrer a várias estratégias para atender à necessidade dos alunos. É preciso implementar atitudes que promovam o processo de engajamento, que orientem os professores a se engajarem no processo relacionado à aprendizagem significativa respeitando a fase de desenvolvimento da criança. É importante destacar que a prática psicopedagógica pode transformar saberes e fazer de seus métodos uma ferramenta eficaz para a construção da aprendizagem. Assim, compete ao psicopedagogo descobrir todas as dificuldades no processo de inclusão.

A necessidade de diagnóstico diferencial, que objetiva identificar os transtornos específicos, diagnósticos esse pertencente aos profissionais de diferentes áreas do saber, inserido com diagnósticos complementares à avaliação psicopedagógica (MORIN, 2000, p. 83).

Contudo, os pontos fortes desses diagnósticos sugerem que os psicopedagogos estejam empenhados em se integrar à educação infantil, preparando os sujeitos para o ingresso nos espaços escolares sem alterar os vínculos interativos dos professores, famílias e demais que circulam na escola, quando os psicopedagogos percebem que a criança tem algumas características diferenciadas, alguns diagnósticos podem então ser feitos para intervir de forma positiva para incorporá-los ao espaço escolar. Através de algumas avaliações de casos clínicos, visando facilitar a compreensão das recomendações psicopedagógicas e de como devem ocorrer os problemas de aprendizagem devido a uma série de especificidades diferentes que, embora possam parecer funcionalmente normais, manifestam-se de forma diferente na sequência, levando a crer nas possibilidades que o ser humano possui em todas as complexidades do conhecimento e da aprendizagem (NASCIMENTO, 2013).

Diante disso, nota-se que o papel do psicopedagogo ajuda a lidar com os desafios educacionais cotidianos, e que a psicopedagogia surge da relação dinâmica do sujeito com a família e o meio social em que vive. A psicopedagogia tem dado contribuições relevantes para a educação infantil. Com sua conduta pedagógica, trabalha também com o conhecimento psicopedagógico, refletindo com os professores sobre o desenvolvimento do corpo discente e formulando recomendações adequadas para o progresso de sua aprendizagem. O psicopedagogo tem a oportunidade de trabalhar pela formação continuada do educador com o objetivo de promover a sua aprendizagem e conseqüentemente a de seus alunos (COSENZA *et al.*, 2011).

3.1 Contribuições da Psicopedagogia para o Trabalho com Brincadeiras Lúdicas

O psicopedagogo colabora no trabalho com brincadeiras lúdicas em sua observação psicopedagógica, já que há uma ligação da criança com o brincar e a aprendizagem, adequando a ela estímulo cognitivo, contato e comunicação com o social e o mundo. Permitindo desta forma uma enorme felicidade aprendendo brincando. Podendo observar que o brincar é tão quão importante como estudar, é um ato inato da criança e pode ser ainda utilizado para o ensino (MARTINS *et al.* 2020).

Expôr uma acepção acerca ao lúdico nos tempos modernos, principalmente no que se concerne à educação infantil, não é muito fácil, levando em consideração que várias são as abordagens e pesquisas sobre o assunto. De acordo com Winnicott (2015, p.5), “o lúdico é estimado como sendo algo prazeroso, por conta da sua capacidade de absorver o indivíduo de modo total e intenso, proporcionando um clima de entusiasmo”.

Para Vale (2008) O lúdico é uma forma ampla e significativa em que diferentes formas de brincar podem ser utilizadas em sala de aula, desempenhando um papel importante na aprendizagem, por meio da prática, os sujeitos buscam a compreensão de seu próprio corpo, resgatam experiências e valores pessoais.

Para Nhary (2009) quer a criança tenha necessidades especiais ou não, as atividades lúdicas estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento da criança. Ao se envolver em atividades lúdicas, quem as práticas não veem desigualdade. Ao contrário do que muitos pensam cada indivíduo é visto como capaz de realizar coletivamente tarefas específicas dentro de suas limitações físicas, intelectuais e sociais. A mesma autora observou também que o ato de brincar/brincar gera interação entre todos os alunos da série inicial e todos participam da atividade.

Para Neto (2011) o brincar é fundamental na vida de qualquer criança, por mais particularidades que possa manifestar. Assim, a criança tem sua própria cidadania, onde tem uma necessidade básica: acesso ao espaço e oportunidades para brincar. Pensando nesses aspectos, brincar não é apenas um direito, mas uma necessidade da criança.

Vygotsky (1991, p. 29) não duvidou em conhecer a brincadeira como sua própria condição no presente, agindo como se fosse maior. As crianças desafiam seus próprios limites, ações e pensamentos. Contudo, a criança quando brinca ela por diversas vezes assume papéis e situações adultas no mundo infantil do faz de conta, a vista disso, a brincadeira assume papel variado no aprendizado dela.

A psicopedagogia, por meio de atividades lúdicas e jogos, exige que os alunos realizem um determinado raciocínio lógico, pedindo-lhes que atuem para formular hipóteses e resolver problemas, ou seja, em uma brincadeira espontânea, as crianças têm a possibilidade de construir conhecimentos e enriquecer seu desenvolvimento intelectual, os psicopedagogos certamente passarão para a criança as situações que a criança revive enquanto brinca, as situações de emoção, alegria, ansiedade, medo, raiva, e as situações que facilitam uma melhor compreensão na aprendizagem, enfrentando alguns conflitos possíveis, espontâneos desenvolvimento de habilidades e habilidades objetivas através de uma transformação real de trabalho interessante (KISHIMOTO, 1993).

Na educação infantil, a psicopedagogia, aliada ao lúdico, promove o aprofundamento dos aspectos da aprendizagem da criança, permite a interação em diversas áreas do conhecimento e, assim, facilita a intervenção no processo de aprendizagem por meio de uma abordagem interdisciplinar. Além disso, auxilia na identificação de possíveis problemas, de modo que possa oferecer suporte metodológico àqueles que necessitam de mais ajuda psicopedagoga, com o objetivo de atuar em conjunto para o sucesso do ensino - o processo de aprendizagem, bem como o relacionamento interpessoal (MARTINS *et al.*, 2020).

De acordo com Vygotsky (1991, p. 70) “a brincadeira é entendida como atividade social da criança, cuja natureza e origem específicas são elementos essenciais para a construção de sua personalidade e compreensão da realidade na qual se insere”. O mesmo autor destaca que a brincadeira apresenta três características, a imitação, a regra e a imaginação, desta forma, pode a criança criar o faz de conta, a brincadeira tradicional ou mesmo outra atividade lúdica.

Portanto, o ato de brincar é fundamental em um ambiente escolar onde as limitações de seleção e que o planejamento das brincadeiras é importante em relação ao que se deseja passar para a criança, ou seja, a escolha do brincar no planejamento psicopedagógico nunca

pode estar relacionada ao despreparo pedagógico, o que muita vez acontece em salas de aulas, os educadores precisam lembrar que o ato de brincar não visa apenas distrair a criança e que a brincadeira deve beneficiar o desenvolvimento psicomotor, físico, cognitivo, produtivo e moral e que a construção do conhecimento ocorre por meio da brincadeira (LOUREIRO, 2021).

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa sobre a importância da psicopedagogia na intervenção pedagógica com alunos especiais na educação infantil. Assinala-se como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que o estudo incidiu na seleção, investigação e interpretação da bibliografia relacionada ao assunto.

Segundo Marconi *et al.* (2010, p. 27), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

O levantamento de dados foi realizado mediante a leitura de livros como também artigos publicados em plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico e anais de revistas eletrônicas. A busca nas fontes eletrônicas foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2021.

Os critérios de inclusão foram artigos disponíveis na íntegra on-line, independente da abordagem metodológica, publicados no idioma português. Não houve restrição quanto ao período de publicação dos artigos científicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto exposto observou-se que a psicopedagogo tem um importante papel na intervenção pedagógica com alunos especiais na educação infantil. No decorrer deste artigo percebeu-se que a inclusão é uma necessidade da escola e da sociedade, porém é fundamental para os alunos com necessidades especiais que se sentem valorizados, respeitados e preparados para o exercício de sua cidadania.

O psicopedagogo necessita abranger seus conhecimentos para atuar e atender de forma significativa o processo de inclusão, como também a escola precisa desenvolver competências para favorecer a inclusão dessas crianças, uma vez que é função da escola desenvolver ações objetivando à interação desses alunos, garantindo a construção do conhecimento.

Portanto, a psicopedagogia é uma ferramenta de ensino viável, serve como apoio e instrumento interventivo nas escolas e até fora delas. Assim, os professores devem ter conhecimento dessa especialidade e compreender que o aluno tem diversas formas de aprender, e que elas podem ser minuciosamente identificadas e assim ajudar na intervenção das dificuldades ou transtornos, pois só assim haverá a possibilidade de ensino exitoso e de uma aquisição livre de obstáculos.

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

CARVALHO, S. M. S. *et al.* **Transformação da educação inclusiva na perspectiva da psicopedagogia educacional**.

Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/28/transformacao-da-educacao-inclusiva-na-perspectiva-da-psicopedagogia-educacional>. Acesso em: 22 jan. 2023.